

**--- N.º 5/2021 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**-----

--- Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no formato Videoconferência-Online, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

**----- ORDEM DE TRABALHOS-----**

**---PRIMEIRO PONTO** – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

**---SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2020 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A) -----

<https://www.famalicao.pt/relatorioecontas2020/> -----

**---TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA APOIO FINANCEIRO, ATÉ AO MONTANTE DE 93.000,00 € (NOVENTA E TRÊS MIL EUROS), À FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PADRE JOSÉ FELGUEIRAS ABREU. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, RELATIVAMENTE À FREGUESIA DE RIBEIRÃO ATÉ AO MONTANTE DE 70.000,00 € (SETENTA MIL EUROS) DESTINADO À OBRA DE ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTA MARIA E OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTO ANTÓNIO - CM 1462. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A PARÓQUIA DE SANTO ADRIÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, DESTINADO A PERMITIR O FUNCIONAMENTO TEMPORÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---NONO PONTO** – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL SOBRE PEDIDOS DE INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO E COMÉRCIO POR GROSSO EM REGIME DE LIVRE SERVIÇO E A INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS COMERCIAIS. (GRELHA E) -----

**---DÉCIMO PONTO** – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONSUMO. (GRELHA E) -----

**---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO DO CONSELHO DESPORTIVO MUNICIPAL. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 81.000,00 € (OITENTA E UM MIL EUROS), À FREGUESIA DE LOUSADO, DESTINADO ÀS OBRAS DE EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO LOTEAMENTO MABOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 147.000,00 € (CENTO E QUARENTA E SETE MIL EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ADRO PAROQUIAL DE SEZURES. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO QUARTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 74.500,00 € (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SEDE DA BANDA MARCIAL DE ARNOSO – 1.<sup>a</sup> FASE – ARNOSO STA. MARIA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---DÉCIMO QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 124.000,00 € (CENTO E VINTE E QUATRO MIL EUROS), À FREGUESIA DE OLIVEIRA STA. MARIA, DESTINADO ÀS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO ADRO DA IGREJA PAROQUIAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.500,00€ (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS EUROS), AO OPERÁRIO FUTEBOL

CLUBE DESTINADO ÀS OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 60.000,00 € (SESSENTA MIL EUROS), À FREGUESIA DE VALE S. MARTINHO, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ADRO DA IGREJA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 127.000,00 € (CENTO E VINTE E SETE MIL EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, DESTINADO ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA – ESMERIZ – 2.<sup>a</sup> FASE. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---DÉCIMO NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 77.000,00 € (SETENTA E SETE MIL EUROS), À FREGUESIA DE FRADELOS, DESTINADO ÀS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO LAMEIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---VIGÉSIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 2.023.146,50 EUR (DOIS MILHÕES, VINTE E TRÊS MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS) DESTINADO AO PLANO ANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES E RESPETIVAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS TRANSPORTES ESCOLARES, PARA O ANO LETIVO E ESCOLAR DE 2021/2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, RELATIVAMENTE ÀS FREGUESIAS DE CASTELÕES, CRUZ, FRADELOS, GAVIÃO, LOURO, LOUSADO, OLIVEIRA STA. MARIA, PEDOME, POUSADA DE SARAMAGOS, RIBEIRÃO, ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, CARREIRA E BENTE, LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA, VERMOIM E VILARINHO DAS CAMBAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**--- VIGÉSIMO SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021, AO ABRIGO DO DISPOSTO DO ARTIGO 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA, EM ANEXO, PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, CONJUGADO COM O ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

**--- VIGÉSIMO TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DO RENDIMENTO DESPORTIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----

---ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----  
---ANDREIA FERREIRA TAVARES -----  
---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----  
---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA-----  
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----  
---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----  
---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA-----  
---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----  
---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----  
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----  
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----  
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----  
---AVELINO FREITAS SILVA-----  
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----  
---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO-----  
---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA-----  
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----  
---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA-----  
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES-----  
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----  
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----  
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----  
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU-----  
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----  
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----  
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----  
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----  
---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----  
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----  
---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----

---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----  
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA -----  
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----  
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----  
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----  
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----  
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA -----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----  
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----  
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO --- **FALTOU** -----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----  
---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----  
---MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES -----  
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----  
---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA-----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----  
---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA-----  
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----  
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----  
---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA-----

---RUI MIGUEL SÁ FARIA -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Informou que, deram entrada na Mesa um Voto de Louvor apresentado pela União de Freguesias de Ruivães e Novais e um Voto de Recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. -----

Nós temos dois votos, sendo que, o segundo voto foi aceite o agendamento muito embora eu tenha presente de que não se trata de matéria da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão. O primeiro voto é um voto de Louvor apresentado pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Ruivães e Novais relacionado com o RUIVANENSE ATLÉTICO CLUB.-----

O segundo voto é do Bloco de Esquerda, relacionado com o que se passa na Polónia e na Hungria da ideologia LGBTIQ, o que manifestamente não me parece que seja matéria da competência das Assembleias Municipais, porque de outra forma, teríamos as Assembleias Municipais a discutir toda a macropolítica mundial, não me parece que seja propriamente a nossa função. O voto foi aceite e será apresentado.-----

---**DUARTE VEIGA (Presidente de Junta da U.F. de Ruivães e Novais)** – Fez a leitura do Voto de Louvor que é do seguinte teor:-----

--- “No ano em que comemora o octogésimo ano da sua fundação - 01 de agosto de 1941 -, e que a torna uma das associações mais antigas de Vila Nova de Famalicão, o RUIVANENSE ATLÉTICO CLUB, associação desportiva de cariz amador de Ruivães, tem assumido, ao longo da sua história, fundamental papel em matéria de desenvolvimento das políticas desportivas e sociais municipais dirigidas à promoção do desporto infantil, da saúde e da qualidade de vida da população, foi no passado dia 24/06/2021, distinguida como ENTIDADE CERTIFICADA FORMADORA - 3 ESTRELAS pela Federação Portuguesa de Futebol, imperativo legal previsto pela Lei n.º 54/2017 de 14 de Junho, como forma de reconhecimento pela qualidade do seu trabalho de formação e de condições desportivas para



os seus atletas. Desta forma, é devido ao RUIVANENSE ATLÉTICO CLUB, e em especial o seu Departamento de Formação, pela distinção agora obtida, pelo que em nome da UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, que hoje lidero, proponho a este UM VOTO DE LOUVOR a esta associação desportiva deste concelho de Vila Nova de Famalicão, e com ele, a todos os seus antigos e atuais dirigentes, atletas, sócios e simpatizantes, por esta longevidade e reconhecimento como uma associação desportiva ativa na promoção e desenvolvimento do futebol infantil, e de, ao mesmo tempo, levar e elevar o nome desta freguesia de Ruivães. Sabendo que, cada vez mais as políticas de formação e educação quer formal quer informal, determinam um papel preponderante na formação integral dos nossos jovens, tem ainda mais relevo esta distinção aqui proposta. Esta certificação desportiva da FPF, reconhecida igualmente ao F.C. Famalicão, ao C.D. Lousado, ao G.D. Joane, ao Ribeirão F.C e à ADC S. Mateus, deve ser também enaltecida, e ao mesmo serem a força promotora de uma nova dinâmica, e para que mais clubes/associações deste concelho prossigam esta postura de formação com certificação por entidades reconhecidas. Solicitamos que seja dado conhecimento às Entidades visadas o resultado deste Voto de Louvor aqui proposto.” -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Fez a leitura do Voto de Recomendação que é do seguinte teor:

--- “Recomendação de declaração de Município de Liberdade e Repúdio de criação de zonas livres de cidadãos LGBTIQ+ na Polónia e na Hungria.”-----

--- “Atendendo a que: Desde 2019, vários municípios e regiões (cerca de uma centena) da Polónia declararam-se livres do que chamam “ideologia LGBTIQ” e adotaram as chamadas “cartas regionais dos direitos da família”; E que em 2020, também a cidade húngara de Nagykáta adotou uma resolução banindo a “disseminação e promoção de propaganda LGBTIQ”; E que recentemente, o parlamento húngaro aprovou uma lei discriminatória das pessoas LGBTIQ (a qual nos mereceu adicional atenção graças ao Campeonato da Europa de futebol, e que ainda está a decorrer); Estas ações tiveram como consequência direta o aumento de atos de violência dirigida contra pessoas LGBTIQ ou contra pessoas que sejam consideradas como sendo LGBTIQ, segundo estudo conduzido pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), o qual também denuncia o medo generalizado da população em frequentar determinados locais, pelo risco de aí sofrerem agressões, assédio,

hostilidade ou ameaças de vária ordem, e também denuncia uma descrença total nos esforços dos governos polaco e húngaro no combate à discriminação e à violência; No dia 11 de março de 2021 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, proclamando a União Europeia como uma zona de liberdade para pessoas LGBTIQ, a qual nunca poderia deixar de o ser, pois a mesma funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos; A Constituição da República Portuguesa refere no princípio da igualdade, no seu artigo 13.º que “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”; Na época em que vivemos, de recrudescimento de extremismos intolerantes por toda a Europa, e até em Portugal, e dos atos de violência que sempre a acompanham, o silêncio, nomeadamente o nosso, por parte das instituições nacionais é intolerável para com este tipo de manifestações. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão reunida na sua reunião ordinária de 28 de junho de 2021, delibera: Repudiar a ação dos governos polaco e húngaro que continuam a permitir a criação das chamadas “zonas livres de ideologia LGBTIQ”, que não são mais do que zonas em que os direitos e a dignidade dos cidadãos e das cidadãs não são integralmente respeitados, em claro desrespeito pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Bem como promover este município como uma Zona de Liberdade LGBTIQI, através de políticas públicas promotoras de direitos e da sua valorização como um espaço de proteção contra as violações dos direitos LGBTIQI+.” -----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – O ponto que o senhor Deputado refere e eu compreendo, o ponto é só este, em Portugal não estão criadas zonas livres de cidadãos LGBT e muito menos em Vila Nova de Famalicão, isso era como se nós aqui começássemos a deliberar pelos votos de protesto pela mutilação genital feminina como acontece em África, pelos casamentos de pessoas com menos de uma determinada idade e que acontecem no mundo inteiro. No caso desta decisão, que é a decisão de cidades na

Hungria e na Polónia, não me parece que tenha qualquer relação com Vila Nova de Famalicão, mas volto a insistir, o voto foi aceite e assumo eu a circunstância. -----

---Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação:-----

**--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS, RELATIVAMENTE AO RUIVANENSE ATLÉTICO CLUB, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----**

**--- POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA, RELATIVAMENTE AOS CIDADÃOS LGBTIQ, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO ABSTENÇÕES E CATORZE VOTOS A FAVOR. -----**

---Colocou à discussão e votação as atas da Assembleia Municipal de vinte e seis de fevereiro, de trinta de abril e de vinte e um de maio de dois mil e vinte e um.-----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

**--- Postas à votação as atas da sessão da Assembleia Municipal de vinte e seis de fevereiro, de trinta de abril e de vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade. -----**

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:---

#### -----ORDEM DO DIA -----

**--- PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---DANIEL SAMPAIO (CDU) –** Apresentou documento escrito: “Senhor Presidente, os valores de abril defendem e reconhecem o Desporto como uma atividade democrática, e como um direito de todos. E quando adequadamente integrado em toda a política de desenvolvimento, desde escolas, autarquias, federações, associações e clubes, é um direito de todos. Mas a verdade é que continua a existir, por parte das governações, uma constante desvalorização de determinadas modalidades e atletas, considerando as suas conquistas e prestações internacionais como secundárias. Continua a apresentar-se o Desporto federado,

profissional e para pessoas com deficiência pelos êxitos alcançados por alguns atletas, agravado pelo facto de em determinadas vezes serem a sua família, treinadores ou clubes a suportarem ou sustentarem, na totalidade, a sua preparação. Por esta razão, a CDU queria aqui relembrar e questionar o impasse numa promessa bem antiga, que já aqui trouxemos por variadas vezes: em 2016, foi apresentado e divulgado o Projeto da Pista de Atletismo para este concelho e, embora informados de que o assunto está a merecer a atenção da Câmara, a verdade é que os atletas, treinadores e clubes continuam à espera da tão ansiada e estruturante obra. A CDU gostaria aqui de alertar, que este concelho é apenas aquele que maior número de atletas tem inscrito na Associação de Atletismo de Braga, e Vossa Excelência sabe muito bem isto, e de forma destacada. Dizer também que, por exemplo, ainda este fim-de-semana realizou-se a Final Nacional do Quilómetro Jovem, onde a Associação de Atletismo de Braga selecionou os melhores atletas do distrito, numa das mais importantes competições nacionais para os escalões jovens. Informar-vos que todos os atletas selecionados são da nossa terra, de Famalicão. E foram estes mesmos atletas que conquistaram três títulos nacionais neste evento. Sem dúvida que todos os resultados alcançados neste exemplo que aqui damos, mas também todas as conquistas de outras competições e de outras modalidades devam ser destacadas e premiadas, mas na verdade o que estes atletas e clubes necessitam é das condições necessárias para a sua preparação. E essas condições também passam pela concretização desta promessa de atente, 2016. Os atletas e treinadores continuam a deslocar-se às cidades vizinhas para colmatar a falta de condições materiais para os seus treinos mais específicos. E a CDU sabe que estes estão cansados destas viagens e de tanto esperar por melhores condições para a prática desportiva. Por isso, gostaríamos de perceber mais claramente o estado e a projeção desta obra prometida. Pelo que julgamos conhecer, a Câmara tem competência e possibilidade de solucionar, ou pelo menos, de dar uma palavra aos interessados de um projeto que, pelas razões que apresentamos, nos parece merecer a maior valorização por parte da Câmara a que Vossa Excelência preside.”-----

---**CARLA FARIA (PS)** – Apresentou documento escrito: “Obras em Famalicão é a palavra de ordem, ou palavra do dia, ou do dia a dia. Mas não é pelas melhores razões que se fala tanto em obras, apesar da estratégia eleitoral deste edil camarário em investir no último

mandato, ainda que através de fundos comunitários, obras em Famalicão tem significado de: Trânsito; Derrube de dezenas árvores centenárias; Destruição da calçada portuguesa; Destruição de património histórico; Inacessibilidade – nomeadamente a ver com a reabilitação do mercado municipal, onde vendedores, pessoa idosas ou com mobilidade reduzida só conseguem aceder ao mercado pelas escadas, não existe neste momento um acesso plano, só pelas escadas, foi aberta por queixa dos vendedores e já foi novamente encerrada. É também sinónimo de falta de segurança (ausência de vedação entre o espaço de obras e esplanadas); Falta de estacionamento; Indeminizações – o empreiteiro do mercado vai pedir uma indemnização superior a 700 mil e até ameaça com uma ação judicial. E agora temos a cereja sobre o bolo: Queixa no ministério público sobre a reabilitação no centro da cidade, praça D. Maria II até ao Campo Mouzinho Albuquerque. Uma queixa sobre discrepâncias, desconformidades nas obras a decorrer, nomeadamente no caderno de encargos e à execução do projeto, mais concretamente ao: material utilizado, quanto a qualidade e até mesmo aplicação (ou seja, quanto às componentes, materiais escolhidos, princípio/cenários de funcionamento e dimensionamento), que tem como consequência, a mais óbvia: Redução de custos e a segurança dos famalicenseiros. E sobre esta queixa, pergunto senhor Presidente: É verdade que estão a ser aplicados materiais de menos qualidade em relação ao que estava previsto no caderno de encargos? Porquê alterações e modificações ao projeto? Por outras palavras, Controlo de Execução da Obra: Os serviços camarários têm verificado e comparado permanentemente os materiais, os processos, os equipamentos e as soluções técnicas adotadas pelo empreiteiro na execução da obra, com as cláusulas, condições e características estabelecidas nos projetos, no contrato da empreitada e nas restantes disposições legais em vigor? Estão a garantir e assegurar o controlo contabilístico da obra? Será que estamos perante uma suborçamentação para efeitos concursais? Está a ser cumprido o plano de segurança? Já foi efetuada uma fiscalização rigorosa à obra, melhor dizendo é de interesse que se faça? Antes da queixa apresentada no Ministério Público, foi remetido pelo denunciante em abril para a Câmara Municipal um relatório detalhado com as inconformidades ao Caderno de Encargos. Estamos em finais de junho, e o que é que foi efetuado até ao momento pelos serviços técnicos, que medidas tomou esta Câmara? Melhor dizendo, gostaríamos de saber quais e quantas Inspeções e

Ensaio que a Câmara já executou para os diferentes tipos de trabalhos e a sua periodicidade, de acordo com o Caderno de Encargos do Projeto, ante e após o envio do relatório. Queria lembrar que estamos a falar de dinheiros públicos, e é esperado que não seja um cenário de obtenção de benefícios à custa do erário público. O Senhor Presidente da Câmara pediu tolerância aos famalicenses em nome de uma intervenção vital, em nome de uma modernização. Eu pergunto senhor Presidente de Câmara, a que preço?"-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, vou-lhe tocar num assunto para o qual pedia a sua compreensão e a sua colaboração, no sentido de poder responder de forma célere e concisa. Venho falar de um aterro ilegal que existe na rua do Pinheiral, na freguesia de Cruz. Nesse espaço, que inclusive, está a crescer um loteamento de uma empresa de construção, existe um aterro de forma ilegal, nesse aterro, onde existem todos os tipos de resíduos, inclusive, o amianto, como aliás, os moradores da zona já fizeram chegar aos serviços da Câmara e a vossa Excelência prova fotográfica dos mesmos. Referir que a primeira queixa dos moradores da zona foi feita em dois mil e dez, levando na altura os serviços da Câmara a tomar uma decisão em que davam cerca trinta dias para o dono da obra ou do terreno fazer a limpeza do mesmo. Desde dessa data, ou seja, desde há onze anos então, tem acontecido acima de tudo, essencialmente nesse terreno três tipos de situações. Por um lado, o aterro tem vindo a continuar a crescer, existem zonas do aterro, que a altura do mesmo chega aos 7,70 metros de altura, volto a dizer, mais de 7 metros de altura. Por outro lado, perante esta situação, a população, como é lógico, tem vindo e continua a reclamar, tem feito vários tipos de reclamações, como apresentando provas fotográficas das mesmas para que a Câmara possa ter decidido. Em concordância com esses tipos de reclamações, a Câmara tem feito uma outra situação, emitir decisões atrás de decisões, em que dava tempo exatamente para que fosse efetuada a limpeza. Também de referir que naqueles terrenos, onde está o aterro, passam vários cursos de água, como logicamente vossa Excelência pode compreender, senhor Presidente esses cursos de água afetam as populações que estão lá diretamente, e outras. E volto a referir, alguns tipos dos resíduos que estão lá, é o amianto que faz parte dos mesmos. Como tal nesta situação, eu gostaria de fazer duas perguntas ao senhor Presidente: Primeiro, porque é que a Câmara, desde dois mil e dez, e ao fim de onze anos não tomou outro tipo de providências, limitando-se única e simplesmente a

emitir despacho, atrás de despacho, em que dava prazo, mas sem tomar outro tipo de providências? Segunda pergunta, existe atualmente mais um despacho datado de maio, em que dá cerca de sessenta dias ao proprietário para fazer a limpeza, portanto, prazo esse que terminará durante o mês de julho. E a pergunta que os moradores gostavam de saber, é se vai ser cumprido, e caso não seja cumprido, que tipo de providências a Câmara está a pensar tomar para ao fim de onze anos finalmente podermos ver esta situação resolvida e os moradores ficarem realmente tranquilos sem ter em perigo o seu bem-estar? -----

---**AFONSO REBELO (PSD)** – Apresentou documento escrito: “Gostava de trazer aqui dois assuntos que acho importantes debater no contexto desta Assembleia Municipal. O primeiro é uma Saudação feita à Câmara Municipal, em especial ao Senhor Presidente da Câmara pela capacidade de respostas que o Município tem tido para este momento difícil de pandemia que todos nós vivemos. Nas últimas Assembleias, já aqui refletimos sobre os investimentos que foram feitos em termos de apoio Covid, junto das juntas de Freguesia, das Instituições Sociais, de Saúde, setor económico, setor cultural e aos cidadãos em particular. Lembrava que o Município foi considerado o oitavo município do país que mais investiu no combate à Pandemia. O reconhecimento Internacional da ONU, também a OCDE elogiou este Município, e nestes últimos dias ficamos a saber que a Câmara Municipal, além de disponibilidade de técnicos do Município, também contratou mais 24 enfermeiros com vista a aumentar a capacidade de resposta no centro de vacinação instalado em S. Cosme. Por vezes este Município tem assumido responsabilidades em situações que quem deveria assumir era o poder central, isto tem muito a ver com a capacidade financeira que o Município tem demonstrado, o que nos deve orgulhar a todos nós. -----

--- O segundo tem a ver com os investimentos, assinalar que para muitos deles acontecerem contribui muito a grande capacidade do nosso Município do aproveitamento dos fundos comunitários, de cerca de 34 milhões de euros, financiamento esse que fez com que fosse possível executar investimentos de cerca de 52 milhões de euros, juntando 18 milhões de fundos Municipais, é um orgulho para o executivo Municipal e para todos os Deputados Municipais do PSD. Estão no terreno um conjunto de intervenções na nossa cidade, como entre outras obras (Reabilitação do Centro Urbano, Praça Mercado Municipal, Rede Urbana Pedonal e Ciclável, incluindo a Via Ciclo-Pedonal Póvoa de Varzim/Famalicão e muitas

outras obras. Investimentos, que no final ajudam o grande desenvolvimento da nossa cidade e um aumento de qualidade de vida dos famalicenses, esse é o nosso grande compromisso, trabalhar em prol dos famalicenses. Mas também um conjunto de obras junto das nossas freguesias, todas as freguesias têm obras no terreno, têm Presidentes de Junta, que em conjunto com a Câmara Municipal conseguem criar desenvolvimento para as suas comunidades, isto é também o resultado de um trabalho de proximidade entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Temos obras na área social, na educação, com a requalificação de escolas, na saúde, nas vias rodoviárias, estes últimos 4 anos cerca de 7 milhões de euros em obras da rede viária municipal, no desporto, nas artes, não esquecer o aumento das redes de água e saneamento com uma cobertura de 90% do Concelho, com mais de 100Km, nestes últimos 4 anos. Podia dar aqui muitos exemplos de obras que estão no terreno nas várias freguesias, mas vou dar um exemplo. Vivendo numa Zona do Vale do Este, gostava de dar o exemplo do desenvolvimento que tem sido nestes últimos anos em Arnoso Santa Maria, Arnoso Santa Eulália e Sezures: Água - Arnoso Santa Maria - 2013 (cobertura - 27%), 2021 (88%); Arnoso Santa Eulália - 2013 (40%), 2021 (90%); Sezures - 2013 (22%), 2021 (80%); Saneamento - Arnoso Santa Maria - 2013 (30%), 2021 (85%); Arnoso Santa Eulália - 2013 (20%), 2021 (90%); Sezures - 2013 (0%), 2021 (80%). Vamos à requalificação dos 3 adros da Igreja, o de Sezures encontra-se em obra, com investimento municipal de 147 mil euros, ampliação dos 3 Cemitérios das nossas comunidades, em obra o de Arnoso Santa Eulália, com um investimento municipal de 41 mil euros. Criou-se o Espaço do Cidadão para melhor servir a Comunidade, as várias iniciativas culturais, cinema, teatro, na educação junto das escolas, remoção de fibrocimento na Escola Básica Conde de Arnoso, investimento de mais de 210,000€, o percurso circular de 14Km que se desenvolve nos vales do Rio Este e Guisande, ligação do Mosteiro de Santa Eulália à Ponte de Coura de Nine, de referir também na área social o apoio às instituições, entre o Município e principalmente uma instituição muito conhecida na nossa zona, a Engenho. Um exemplo como este Município envolve as forças vivas de todas as Comunidades. Certos, estamos nós, do trabalho e dedicação deste Município em conjunto com os Presidentes de Junta, que os Famalicenses saberão valorizar. -----



--- Perguntava ao senhor Presidente da Câmara, passado estes quatro anos, pelo menos os últimos quatro anos, se está satisfeito com o trabalho realizado no Município de Vila Nova de Famalicão?”-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Eu vou procurar seguir a sequência das perguntas, a primeira questão colocada pelo Deputado Daniel Sampaio. Senhor Deputado, a questão do atletismo, como o senhor disse e bem, é um objetivo nosso há vários anos atrás, nós encontramos o local, que eu considero o local ajustado, entretanto avançamos com uma fase prévia, é uma fase de construção da plataforma, que está pronta, para que depois se possa aí ser erigida a pista e todo o complexo de apoio às várias modalidades dentro do atletismo, são mais de vinte modalidades, não é só a parte de corrida, é também salto em comprimento, salto em altura, muitas outras variantes dentro do âmbito do atletismo, como estou certo que sabe. Como penso que também sabe, lançamos procedimentos concursais, o facto de terem ficados desertos, significa que o mercado entendeu que o preço base não correspondia ao montante necessário para fazer a obra, mas nós temos algumas limitações senhor Deputado, nós não podemos, eu acho que não podemos, pelo menos, enquanto Presidente de Câmara não farei isso, avançar com uma obra em função da tendência do mercado. Há montantes que nós consideramos como montantes máximos para executar uma obra destas, e eu entendo que a circunstância especial que vivemos, por ventura com o aumento do custo dos materiais, o aumento da mão de obra, o maior volume de obra pública em execução ao longo dos últimos meses, terá feito com que as empresas apresentassem propostas muito acima daquilo que é o valor base pelo que estávamos enquadrados. E o meu entendimento, é que nós não devemos avançar com uma obra, sabendo que, o custo dessa mesma fica muito acima daquilo que é o custo razoável, portanto, a decisão que eu tomei enquanto Presidente de Câmara foi de aguardar que o mercado modere novamente, que haja melhores condições de mercado, para que a obra possa ser feita a custos decentes, não vamos pagar o dobro por uma obra, só porque temos que a fazer. Aliás, isso é demonstração senhor Deputado, que não há nenhuma vertigem pela obra pública em Famalicão, se houvesse, havia um estádio municipal a ser construído, havia uma pista de atletismo a ser construída, qualquer que fosse o seu preço, são dois bons exemplos em que o aumento do preço, para além daquilo que nós achamos razoável fez com que essas obras não

avançassem. Olhos nos olhos, dizemos aos famalicenses porque é que não o fazemos, há outro aspeto não menos relevante, é que estas obras não têm financiamento comunitário, portanto, não há nenhum sentimento de perda. Há obras municipais que se não avançassem, o concelho perdia o financiamento comunitário, eu sei que os senhores Deputados que não o admitem, sabem-no. Porque, se a Câmara Municipal não avançasse com as obras que estão em execução, não era possível obter financiamento comunitário, porque o financiamento comunitário não é eterno, há um quadro comunitário, tem regras, tem uma janela temporal, quando a janela se fechar não há mais apoio às obras municipais. Isso está a acontecer com outros municípios, não vai acontecer com Famalicão, porquê? Porque nós estamos a executar as obras dentro daquilo que é a janela temporal do quadro comunitário. Essa regra não se aplica à pista de atletismo, porque, como é sabido não tem financiamento comunitário, são essas razões que fizeram com que a obra não avançasse, mas estou em crer, senhor Deputado, não será comigo com certeza, mas estou em crer que Famalicão terá uma merecida pista. Eu reconheço o mérito dos desportistas, de todos, senhor Deputado, estivemos há pouco tempo, em mais de trinta sessões de uma Gala de Desporto que foi às freguesias, que foi ao encontro dos desportistas, e que a todos homenageia reconhecendo o seu mérito, e, portanto, também vai acontecer, estou certo, com o atletismo. -----

--- Quanto à Deputada Carla Faria, não vou fazer comentários sobre os comentários que ela fez, como compreende, só dar uma nota senhora Deputada, deve estar mal informada em relação ao Mercado Municipal. O Mercado Municipal tem um elevador, as pessoas falam sobre o Mercado, mas a maioria acho que não sabem, nunca foram ao Mercado, nem conhecem os acessos ao Mercado, há um elevador no Mercado, que tem todas as condições para servir as pessoas com mobilidade reduzida. Portanto, não é verdade, quando diz que as pessoas com mobilidade reduzida não conseguem entrar no Mercado, é mentira, há um elevador, estou certo que a senhora Deputada não o sabe, mas estou a transmitir-lhe essa informação. Quanto à questão que referiu sobre a obra na cidade, só dizer que houve uma reclamação, confirma a existência de uma reclamação à Câmara Municipal que foi objeto de resposta, a Câmara Municipal respondeu ao reclamante nos termos que são devidos, não conhecemos nenhuma reação do reclamante, não temos oficialmente nenhuma indicação acerca de qual será a atitude do reclamante perante a resposta à reclamação, e que no mais a

obra está a ser fiscalizada, está a ser executada em conforme com as regras e os procedimentos que estão subjacentes ao lançamento dessa obra, e portanto, nada me faz inferir que haja qualquer anomalia nesta obra em relação a muitas outras. Senhora Deputada, também fazemos obras todos os dias em todo o lado, a da cidade não é diferente das outras todas, tem as mesmas regras, os mesmos procedimentos, e estão todos a ser escrupulosamente cumpridos.-----

--- Quanto à questão que o Deputado Paulo Pinto me traz, eu penso que estamos a falar da mesma situação, um aterro em S. Tiago da Cruz, que terá sido executado há bastantes anos atrás, há dez ou onze, não tenho isso em memória, não tenho essa informação. Mas devo dizer-lhe que nesta situação, dei indicações à fiscalização para que tomassem as atitudes que têm que ser tomadas, não é um caso diferente de todos os outros, tem que merecer a mesma reação. Portanto, se a obra foi executada, e foi executada de forma ilegal, tem que haver uma reposição voluntária ou à força, estou certo que é nessa fase que o procedimento se encontra.

--- A questão que o Deputado Afonso Rebelo coloca, senhor Deputado, eu estou satisfeito por aquilo que nós todos conseguimos fazer, nós famalicenses, eu entendo que o que tem acontecido no nosso concelho é fruto do trabalho de todos, não só dos autarcas, mas também dos cidadãos, das empresas, das associações, de todas as dinâmicas. Nós somos tão só os mobilizadores, somos aqueles que circunstancialmente lideramos, mas se nós não conseguirmos cativá-los, por muito bons líderes que sejamos, não conseguimos realizar os nossos objetivos. Portanto, estou satisfeito por aquilo que nós em Famalicão temos conseguido fazer.-----

--- **SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2020 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Presidente, se me conceder a oportunidade para deixar algumas notas que me parecem relevantes. A primeira, para relembrar que foi um ano particularmente intenso para todos nós, para todos os portugueses, e a nível mundial, infelizmente, por força de uma circunstância que a todos afetou, e aqui este documento que hoje trazemos não fica indiferente. O exercício de dois mil e vinte que está aqui hoje em discussão, seria diferente se não fosse a pandemia COVID 19 e o seu grau

de afetação. Portanto, eu acho que nós não podemos desligar a circunstância que aqui hoje nos traz da ocorrência pandémica, que infelizmente, ainda neste momento nos apoquentam, nos afeta, e, portanto, é um exercício muito afetado, muito condicionado por essa circunstância. É não só ao nível das atividades, porque houve, não diria uma deriva, nem uma mudança de plano, mas houve um acrescento de novas ações, novas iniciativas em cima daquelas outras que estavam planeadas, e, portanto, houve aqui uma mudança circunstancial que trouxe consequências, repito, ao nível das atividades. Teve leitura do ponto de vista da receita, é sabido que a contração económica provoca também uma diminuição da receita, e teve leitura ao nível da despesa, e quanto à despesa quero só citar-vos um número, que está previsto num chamado gasto ou gastos por função. As chamadas funções sociais que em dois mil e dezanove consumiram cerca de 57 milhões de euros do nosso orçamento, em dois mil e vinte consumiram 59 milhões e qualquer coisa, são mais de 2 milhões de euros de diferença entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte. Estes mais 2 milhões de euros de diferença entre o exercício atual e o anterior, está obviamente relacionado com o chamado custo da pandemia, é um acréscimo que resulta dessa circunstância, e, portanto, dizer-vos que esse fator teve um peso muito relevante na execução. Mas também notar-vos, que se nós olharmos para os documentos, não só para os números, mas também para a relação das ações, podemos perceber que só foi descontinuado aquilo que não podia ser executado, mesmo ao nível cultural. Eu sou um Presidente de Câmara satisfeito, por aquilo que nós em Famalicão temos feito a muitos níveis, mas quando se houve falar na Cultura, e nas prestações ao nível da Cultura em Famalicão em contexto de pandemia, comparadas com outros concelhos, eu fico redobradamente satisfeito. São muitos os nossos concidadãos, e outros que não são de Famalicão, que nos notam como exemplo a este nível no contexto pandémico que vivemos. Ainda há pouco tempo, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados fomos contestados pela nossa forma de assinalar o Santo António, ninguém o notou, ninguém o referiu, mas felizmente, as festividades aconteceram, com a sobriedade que se impunha, e o concelho soube lidar com a circunstância, os famalicenses deram um sinal de maturidade, sentido de responsabilidade, vivenciaram as suas festas sem serem apontados pelas más razões. Famalicão não foi palco de nenhuma concentração indevida, nenhuma circunstância anómala, pois bem, isso não aconteceu porque quem lidera a Câmara

Municipal, e não é só o Presidente, toda a equipa que lidera a Câmara Municipal é arrojada, é competente, é qualificada, está à altura dos desafios, e consegue que os nossos concidadãos possam executar estas tarefas, mesmo apesar do contexto, e das restrições que são conhecidas. Portanto, o que nós fizemos na área da Cultura ao longo do ano de dois mil e vinte, e continuamos a fazer em dois mil e vinte e um, é um sinal, também da nossa responsabilidade nesta área, somos um concelho conhecido e bem, pela nossa tradição cultural, pelas nossas manifestações culturais, pela diversidade, pela heterogeneidade e pelo quanto percebemos que as apostas na Cultura são essenciais à formação da personalidade, e à capacitação de cada ser humano. E isso tem que acontecer, apesar do contexto pandémico que vivemos, só que nós o fazemos da forma adequada, fazemo-lo com conta, peso e medida, e sem danos colaterais para a nossa comunidade. Pois bem, senhor Presidente, foi o que aconteceu no ano passado, em dois mil e vinte, é verdade que houve manifestações culturais que não aconteceram, mas também é verdade que projetos como o ANIMA-TE, que durante vários meses trouxeram atividades culturais para o concelho de Famalicão, no contexto que foi notado a nível nacional, que repito, foi reconhecido por muitos agentes culturais, merecendo inclusive votos de reconhecimento do próprio Conselho Municipal de Cultura, que é composto, como sabemos de forma heterogénea por vários setores. Com isto, quero dizer uma coisa muito simples, nós não substituímos umas atividades por outras atividades, nós não tiramos à Cultura para entregar à Saúde ou à Área Social, propriamente dita, nós somamos ao que sempre fizemos e que podíamos continuar a fazer, aquilo que era necessário fazer por força desta circunstância que a todos nos surpreendeu, isso quer dizer algo de muito importante para nós, que é a nossa capacidade de ajustamento. A maior parte dos municípios viveram com dificuldades o ano passado, constrangimentos, porque havia despesa que não estava prevista, e não havia onde ir buscar receita para essa despesa que não estava prevista, pois bem, em Famalicão isso não aconteceu, fruto da nossa capacidade de gestão, e acima de tudo a nossa consciência acerca dos meios que devem ser afetos a essas mesmas atividades. -----

--- Uma segunda nota para a tendência em relação aos números. Olhemos para a dívida, e sem querer fazer balanços, e falando só dos meus exercícios enquanto Presidente de Câmara. Em dois mil e treze tínhamos uma dívida no total, incluindo a dívida a terceiros, de perto de

37 milhões de euros, neste momento a dívida está abaixo dos 30 milhões de euros, uma redução muito significativa da dívida, são menos de cerca de 7 milhões de euros, entre dois mil e treze e dois mil e vinte. O serviço da dívida, o impacto da dívida no orçamento, em dois mil e treze a dívida consumia 58% das receitas, em dois mil e vinte consome 30% das receitas, é quase metade, o impacto da dívida ou a relação da dívida com a receita passa de quase 60% para cerca de 30%. Em dois mil e treze a dívida consumia cerca de 7 meses do orçamento municipal, hoje, no final de dois mil e vinte consome cerca de 3,7 meses do nosso orçamento, quer dizer que não só há uma diminuição do stock de dívida, o volume da dívida diminuiu, como ao mesmo tempo a relação da dívida com a receita e com as outras dimensões orçamentais também diminuiu drasticamente. A esse nível, ainda a questão da autonomia financeira, a autonomia financeira que em dois mil e treze era cerca de 70%, hoje, dois mil e vinte, é de 86%, isso quer dizer que a nossa estrutura financeira está sólida, está autónoma, está capaz, está competente, está qualificada. São só alguns números senhor Presidente, que se podiam somar a muitos outros, que sinalizam uma tendência, que não começou em dois mil e treze, é verdade, mas que continuou em dois mil e treze, e que não parou até ao final de dois mil e vinte. É esta tendência de diminuição da dívida, de aumento da sensibilidade social, de aumento da autonomia financeira do município, é este sentido de responsabilidade que me parece importante aos nossos concidadãos, e que me permitem concluir que o que fizemos no ano de dois mil e vinte, foi tudo o que estava ao nosso alcance, e que com esse exercício conseguimos melhorar as condições de vida dos nossos concidadãos.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Dirigindo-me ao senhor Presidente da Câmara agora, refiro com muita satisfação ser a primeira vez que o senhor Presidente faz uma introdução sobre este tema, relativamente ao Relatório de Gestão e Contas. De qualquer forma, não deve perder este hábito, que agora começou, porque isto é que é uma boa prática, fazendo digamos, abrindo com uma nota introdutória o tema. -----

--- Apresentou documento escrito: -----

---“Perpassando senhor Presidente, em análise o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, relativo a 2020, a CDU não pode, no entanto, manifestar profunda incredulidade com a inexecução do pouco ambicioso Plano Plurianual de Investimentos

(PPI), facto que não deixa de nos causar séria preocupação. E vínhamos nós a dizer, sem qualquer ironia, diga-se, que a sucessão de documentos deste tipo retrata uma gestão casuística e rotineira desta maioria de direita PSD/CDS, desde 2002 à frente dos destinos do Município. Mau grado a nossa real intenção de desafiar esta maioria a uma alteração de paradigma, a verdade é que se alguma coisa mudou, nada se reflete na visão de quem acompanha, a par e passo, a governação do município, pois tudo continua lamentavelmente, na mesma. E a atenção que admitimos possa ter sido dispensada à situação epidémica que ainda agora acabou de referir, que também sobre o município se abateu e à qual a seu tempo se fará a devida análise e avaliação, não pode tal, servir de justificação e muito menos apagar a ineficácia na concretização de objetivos que o executivo municipal verteu nos documentos previsionais e de compromisso, diga-se, apresentados a esta Assembleia Municipal. Reportando-nos ao mote presidencial e cito: “manter o rumo” (fim de citação), desde já queremos deixar aqui expresso que não constatamos que tal rumo fosse um bom prenúncio para o futuro do Município e, conseqüentemente, para os famalicenses. O refúgio no pretense trabalho, desenvolvido ao longo do “Quadro Comunitário de Apoio - Portugal/2020” é, só por si, a demonstração da vacuidade linguística que se tornou na característica deste executivo e, em particular, na lavra do seu expoente presidencial que, segundo o que já foi dado à constatação, vai remeter-se a recolhimento introspetivo que, certamente, terá mais a ver com desejos de voos mais altos político-partidários (legítimos, sem dúvida) senhor Presidente, e não com uma prática municipal mais exigente, concretizadora e não clientelar... E se começássemos, exatamente pelo “Quadro Comunitário de Apoio Portugal/2020”, e só no que respeita a este exercício, como é que se explica que no Orçamento respetivo tenham sido previstos 10.566.169,00€ (dez milhões quinhentos sessenta e seis mil, cento e sessenta e nove euros), e cheguemos ao fim do ano com uma receita cobrada líquida de cerca de metade, ou seja, 5.539.919,57€ (cinco milhões quinhentos trinta e nove mil, novecentos e dezanove euros e cinquenta e sete cêntimos). Lemos, atónitos, para não dizer escandalizados, leio citação: “desenvolver projetos enquadráveis, submeter candidaturas, abrir concursos públicos, adjudicar empreitadas - fez com que se concentrassem neste ano a grande maioria dos resultados práticos”, fecho a citação. Mas quais resultados práticos, quando não se cumpre com um PPI mínimo, cujo

montante previsto de 28.952.370,36€ não foi além de uns 15.790.606,12€ quebrados - isto é: 54,54% executado?! Desta vez, não dissecaremos - seria chover no molhado - as profundas divergências entre os valores inicialmente assumidos e concretizados no final, relativamente a um conjunto de obra que se vai arrastando no tempo. Já o tínhamos aflorado anteriormente que a vossa prática é assumidamente orientada para o ano eleitoral e, por isso naqueles que precedem este comportando, os investimentos, vão fingindo que os executam, mas não é verdade. Faz tudo parte de um plano alicerçado no fingimento, unicamente para tirarem vantagens político-eleitorais, diga-se! Exemplo mais flagrante senhor Presidente, do que atrás afirmamos está no rebuliço autárquico, caótico e desconfortante para a maioria dos nossos concidadãos, de que são exemplo as “empreitadas” que, simultaneamente, decorrem no centro urbano, triste exemplo que se alastra à generalidade das freguesias (atente-se nas propostas que daqui a pouco iremos votar, por proposta do executivo camarário...). O eleitoralismo, pelos vistos, é cego e não obedece a racionalidades programáticas exequíveis no modo e no tempo, isto é: como e quando (ainda nos falta saber qual a pedreira, por exemplo, que foi dinamitada. Terá sido para as bandas de Telhado?!.. Lá saberemos). No entanto, vão atraindo alguns atores políticos, que ora são candidatos partidários, diga-se ou leia-se, por partidos, ora passam à condição de independentes para, assim, se renovarem maiorias absolutas. Enquanto esta maioria se mantiver no poder, não temos dúvidas de que as receitas provenientes de impostos municipais vão continuar, inclementemente, a castigar já os exauridos bolsos dos munícipes, aqui ou ali amenizados por ações de natureza caritativa. Senão vejamos: impostos diretos (IMI, IUC, IMT, DERRAMA) - receita prevista (corrigida) 29.538.769,74€, receita cobrada líquida 31.095.717,51€, ou seja, mais 1.556.947,77€ (+5,27%). Não obstante as nossas propostas de redução, e foram consecutivamente rejeitadas pela maioria, nem a situação dramática que vivemos têm levado esta maioria a reponderar a sua atitude, face a isto. E tanto assim é, que mais uma vez vemos a receita proveniente do fornecimento de “Água”, por exemplo, a elevar-se aos 6.893.104,39€, para ser rigorosamente preciso, mais 16,44% senhor Presidente, do que os 5.900.000,00€ que foram previstos; mas a tarifa do saneamento seguiu o mesmo rumo, previstos os 4.800.000,00€, arrecadados 5.494.428,60€.



--- A acrescentar ao que foi dito, ainda duas notas finais, senhor Presidente: 1ª - No campo da despesa não há alteração de critérios. Os beneficiários são sempre os mesmos desde que se acomodem; 2ª - Continuamos a assistir à transferência de saldos para os exercícios seguintes, e isto é altamente condenável, como o do ano que ascende a mais de vinte e dois milhões e cem euros, o que não entendemos quando a dívida do Município a curto prazo se situa, aproximadamente, nos oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil euros. Temos dinheiro, pague-se a quem se deve! Mas caberá aqui referir o conjunto de empréstimos contratados no ano de 2020, visados pelo Tribunal de Contas, no montante global de 8.226.020,34 euros, do qual apenas foram utilizados pouco mais de um milhão de euros, restando como saldo a não desprezível soma de mais de sete milhões. Mais um significativo alforge a juntar ao do aludido saldo transferido e a outros, sabe-se lá, menos conhecidos. Garantidamente, 2021 senhor Presidente, será, já está a ser um ano de abundância... Porque não é esta forma de gestão que queremos para o nosso Município, a qual terá sempre de se pautar pelo rigor e ao serviço, sem discriminações, dos munícipes, a CDU votará contra os documentos em apreço.”-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Apresentou documento escrito: “Estamos hoje perante mais um relatório de contas deste executivo. E se este documento normalmente tem uma importância preponderante na gestão camarária, visto retratar realmente o que foi feito, e não o que foi feito da propaganda, este relatório, assume uma importância ainda mais vital. Não só é o último relatório apresentado deste mandato, como também é o último relatório deste Presidente da Câmara, é realmente um relatório de fim de ciclo. Com a apresentação deste relatório torna-se imprescindível, fazer um real balanço do que realmente foi feito por esta maioria, por este executivo, porque o balanço não pode ser feito, nem é só responsabilidade de uma só pessoa, mas de toda uma equipa, de todo um executivo. E para começar, não podemos deixar de referir aquele que é um dos factos mais relevantes para este balanço, pelo sinal claro que transmite, que é a fuga do Senhor Presidente da Câmara, que numa situação surpreendente, ou talvez não, decide abandonar o barco com ele ainda em movimento, cada vez a meter mais água, é verdade. Já sei que vão dizer que sai porque já cumpriu o seu papel, que não está agarrado ao poder e blá, blá, blá, mas como diz o povo, um gesto vale por mil palavras, e esta decisão que surpreendeu muita gente, inclusive aqueles que agora usam o tal

blá, blá, blá para explicar esta decisão, não deixa de ter um significado expressivo e provavelmente tem por detrás a consciência de que as coisas realmente são muito diferentes, daquilo que a máquina de propaganda tem vindo a vender de forma desmesurada. Esta decisão do Senhor Presidente, pode ser comparada por exemplo, aquela retratada num filme tipo Titanic, em que o comandante do barco, ao ver que o barco se está a afundar cada vez mais, em vez de ficar no barco até ao final, pega numa criança perdida e entra no primeiro bote salva vidas, não se preocupando com nada mais. Por muito que queiram pintar doutra forma, a realidade é verdadeiramente essa, o comandante abandona o barco, visto ele estar-se a afundar. Famalicão não é o Titanic, mas urge mudar rapidamente a estratégia e a governação, de modo a que possa voltar a navegar em águas calmas e a velocidades elevadas, com a estabilidade e conforto que todos os famalicenses necessitam e merecem, acima de tudo merecem. Mas estamos confiantes que nas próximas eleições o sinal será dado.-----

--- Se nos centrarmos única e simplesmente no documento aqui hoje apresentado, verificamos que a matriz dos últimos anos se mantem. Continua-se a exigir que os famalicenses paguem, paguem e paguem. As receitas correntes continuam a aumentar (3%), porque os famalicenses continuam a ser chamados a contribuir de forma generosa. De referir que a cobrança de impostos superou 5%, relativamente ao que estava previsto. E isto, em ano pandemia. As receitas cobradas em IMI e IRS superam o que estava previsto, o que significa que as propostas que o Partido Socialista tem apresentado, de baixar a taxa de IMI para o mínimo possível (e não os 20% acima desse limite que é o que este executivo aplica), e a redução das taxas para agregados com um filho (que só foi agora considerada neste contexto pandémico) já deviam ter sido efetuados. Refiro, deviam e não podiam, porque poder, podiam, com este excesso de cobrança é evidente que podiam, agora, deviam, mas este executivo não o quis fazer. E os famalicenses é que pagam. No mesmo contexto a taxa de IRS também já devia ter sido reduzida, porque os números realmente demonstram que podiam tê-lo feito antes desta pandemia (inclusive a um nível mais ambicioso) e desse modo, aliviar a carga fiscal de todos os famalicenses. Antes de apontar o dedo aos outros, devemos fazer tudo o que está ao nosso alcance. Mas, realmente, a nível fiscal, a solidariedade não é uma característica deste executivo. Mas esta situação pandémica também

trouxe algo positivo para as contas do município, é que dado que não foi possível a este executivo realizar as festas e festarolas na amplitude que costumam fazer, o valor de aquisição de bens e serviços baixou, e surpresa, a vida continuou, ou seja, constata-se que muitas dessas despesas eram absolutamente supérfluas e desadequadas. A despesa com pessoal, essa continua nos níveis mais altos de sempre, sendo que o nível de gastos com pessoal avençado não para de subir (+7% do que em 2019), atingindo em 2020 uma verba de cerca de 2 milhões de euros, valor que é mais do dobro do apresentado em 2013. Ou seja, com este executivo, com esta equipa, comandada pelo atual Presidente da Câmara, esta despesa mais do que duplicou desde que tomaram posse. Relativamente ao investimento, as lacunas são as mesmas de sempre e os valores só são maiores graças aos fundos comunitários, mas relativamente a investimentos já lá vamos. Existem muitas rubricas que neste relatório carecem de explicação. Tanto se fala da boa saúde financeira, mas a rubrica “juros e outros encargos” cresce só 265%. Acho que todos devemos questionar, porque este aumento? Também a rubrica “Outros” continua a ter um papel muito dúbio nestes documentos, contribuindo para um equilíbrio financeiro, mas será que este equilíbrio, que só é conseguido através desta rubrica, é verdadeiramente real? Fica a pergunta. A revisão orçamental de 18,8 milhões de euros, deve-se a quê? E a rubrica 130199 Outras? Que receitas são estas? Uma justificação cabal é o mínimo que se exige.-----

--- Resumindo, olhando somente para esta relatório, as conclusões são as mesmas dos últimos anos. Os orçamentos são mera propaganda, visto que depois de várias alterações orçamentais e revisões, os mesmos são completamente desvirtuados e infelizmente os investimentos prometidos e devidos aos famalicenses e que eles tanto merecem, depois não se confirmam. Como todos sabemos, todos constatamos, mas só alguns tem a liberdade de o dizer, as falhas são muitas, o barco está a meter água, apesar da máquina de propaganda, tipo orquestra do Titanic, nos tentar dizer o contrário. O comandante esse, é que já está no barco salva-vidas. Mas como referi, no início da minha intervenção, é importante fazer um balanço, do que tem sido o desempenho deste executivo, ao longo destes oito anos. E mais uma vez, os números não enganam, são como o algodão, ao contrário da retórica muito bem descrita e vendida vezes sem conta. E sem querer me expandir muito, só gostaria de deixar alguns números, que retratam fielmente a realidade vivida por todos. Durante os mandatos

deste Presidente da Câmara, este executivo arrecadou quase 600 milhões de euros em Receitas correntes, volto a referir, quase 600 milhões de euros, sendo que a receita tem vindo a aumentar todos os anos. De referir que se compararmos 2020 com 2013, esta receita só subiu 57%, só. Pelo mesmo, os famalicenses só pagaram mais 57%. O dinheiro, todos já sabemos para onde foi. Sei que só alguns o podem dizer, é verdade. Os custos com pessoal só aumentaram nestes anos 68% (12 milhões de euros). Considerando que este executivo sempre disse que os custos com pessoal aumentaram 6 milhões de euros devido ao contrato local de educação, ficam por explicar os restantes 6 milhões de euros. Sabemos que uma grande parte são dos assessores e assessores, mas, e o restante? E por muito que tentem explicar esses 6 milhões de euros, também se exige que este executivo explique os quase 12 milhões de euros gastos com pessoal avençado, durante estes anos. Esta explicação ainda é mais premente, visto que esta rubrica tem vindo a aumentar ano após ano. Aliás, como já referi, desde 2013 que duplicou e só este ano são 2 milhões de euros. Mas há mais áreas que é importante referir. A parte do investimento, não poderá deixar de ser realçada, aliás o atual vereador e candidato à Câmara pela coligação, fazendo pleno uso da grande máquina de propaganda, já tentou captar para si, méritos que realmente não tem. Mas vamos a factos. As receitas de capital durante estes oito anos, atingiram um total de quase 68 milhões de euros, no total. Esse valor contrasta com outros valores de mandatos anteriores, o que por si só é demonstrativo da pouca capacidade deste executivo para captar e investir. Não vou estar a recordar as varias situações de investimentos que foram para concelhos vizinhos, como o Lidl, por exemplo, dado que todos temos consciência dos mesmos, mas o que fica, são acima de tudo os factos: o baixo valor da capacidade de captação, por exemplo só nos dois últimos anos do terceiro mandato do anterior Presidente da Câmara, Armindo Costa, as receitas de capital foram de cerca de 50 milhões de euros, só em dois anos. A diferença é evidente. Logicamente, que associado às receitas de capital temos depois as despesas de capital, o investimento, e aí os números também demonstram a pobre realidade. Em média, este executivo gastou menos de 25 milhões de euros por cada ano de mandato. Valor interessante, dirão alguns. Para fazermos o devido enquadramento, gostaria só de referir, que por exemplo, só no ano de 2010 se gastaram 35 milhões de euros e em 2011 mais de 36 milhões de euros. E todos temos consciência de que mesmo nesses anos, o investimento foi

diminuto. Realmente, já começam a faltar adjetivos e explicações para tão diminuto investimento. Mas se este executivo não capta, nem investe, existe algo que faz muito bem, que é apropriar-se daquilo que os outros fazem e bem. Neste capítulo, como já referi, o atual vereador e candidato da Câmara, tem vindo a público, nomeadamente através das redes sociais, apoderar-se dessa captação de fundos, referindo-se que tal se deve à ação deste executivo. Mas a verdade é bem distinta. O Jornal Expresso, publicou os municípios do país que mais tiveram fundos comunitários aprovados. E Famalicão surge em décimo lugar, com 354 milhões de euros. Mas, como aliás foi noticiado por um órgão de comunicação social local, desses 354 milhões de euros captados, a Câmara Municipal só captou 28,2 milhões de euros, ou seja, menos de 8% desse valor. O restante valor foi captado devido à ação das empresas e dos famalicenses. Esses 354 milhões de euros correspondem a 1696 projetos, abrangendo 1036 entidades. A Câmara de Famalicão é um desses beneficiários com 43 projetos aprovados (2,5% do total). Os outros 1035 beneficiários são organismos de natureza pública ou privada e pessoas singulares. Esta tentativa de se apropriar do trabalho dos outros, além de não ser justa, é no mínimo desajustada e indevida. Sabemos que esta é uma política corrente da poderosa máquina de marketing, tentando passar uma imagem que não é real, mas que é incorreta, no mínimo é. De despesas correntes record, de avenças inexplicáveis com valores nunca vistos, à tentativa de se apropriação do que os outros fazem bem, a contas e decisões muito mal explicadas, tudo muito bem misturado com uma máquina de propaganda eficaz e muito bem oleada, e eis o retrato deste executivo. Já sei que gostam de referir os apoios sociais que dão, mas há que dizer que tais apoios são uma mera migalha e retribuição face aquilo que é exigido aos famalicenses, visto que os quase 600 milhões de euros que são exigidos aos famalicenses, tem de ter um destino. Agora, se não fossem os gastos exagerados, se não fossem os 2 milhões de euros em avenças, se não fossem os 6 milhões de incrementos em pessoal por explicar, se não fossem as festas e festarolas, se calhar os famalicenses poderiam pagar a água mais barata, poderiam pagar menos IMI, podiam não pagar tanto IRS, porque a Câmara tem a sua responsabilidade, e assim, podíamos ter um executivo que realmente tivesse uma vertente social e que realmente estivesse preocupado com os famalicenses e com o seu nível de vida. Infelizmente não tem

sido o caso, por muito que a propaganda assim o queira dar a entender. E a culpa é sempre dos outros. -----

--- A velha máxima de cobrar um pão e dar uma migalha é a prática corrente, com a propaganda a dizer que não é uma migalha, mas sim um robusto pão, mas infelizmente é mesmo uma migalha. A verdade, senhoras e senhores Deputados, é que o barco está a meter a água e apesar da maior responsabilidade política ser sempre do comandante, muitas vezes as ações que levam a esse fim, não são da sua inteira responsabilidade, porque não nos podemos esquecer, que é toda uma equipa que tem a responsabilidade de colocar o barco a navegar em águas tranquilas, de forma cómoda e segura. Neste caso, o comandante é o primeiro a saltar fora, já está com o seu colete no barco salva vidas, deixando a orquestra a continuar a tocar alegremente, tentando continuar a propagandear uma realidade virtual. Não é isso que realmente queremos para o nosso concelho. Logicamente, estamos contra este relatório.” -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – A análise do Relatório de Prestação de Contas que hoje é discutido, não pode ignorar que o ano de dois mil e vinte, foi um ano atípico. A pandemia do Covid-19 apanhou-nos a todos desprevenidos, e o executivo famalicense não foi exceção. Não é fácil no decorrer de uma execução orçamental, proceder à replanificação de uma estratégia anteriormente definida, mas a necessidade de dar resposta às necessidades prementes e inadiáveis da população, assim o exigiram. Ainda assim, sendo o concelho de Famalicão um território destacadíssimo em diversas áreas de atuação, impunha-se que a Câmara Municipal desse uma resposta à altura do desafio. cremos que a resposta dada, foi amplamente positiva, prova disso foi o reconhecimento da própria ONU e da OCDE a muitas das medidas adotadas pela Câmara Municipal de Famalicão, no auge da pandemia. Mas, na verdade, o reconhecimento que importa é o das pessoas, pois são elas as verdadeiras destinatárias e beneficiárias das medidas. Assim sendo, creio também que os famalicenses na sua generalidade, estarão satisfeitos com o papel determinante que o município assumiu nesta luta, que é de todos. Na verdade, se dúvidas pudessem existir sobre isso, o Relatório apresentado pelo Tribunal de Contas em janeiro, dissipá-las-ia, pois revelou que Vila Nova de Famalicão foi o segundo município da região Norte e o oitavo do país que mais investiu em ações de combate e prevenção à pandemia. O exemplo de boa gestão da fase pandémica,

foi opção do município de consignar muitas das verbas previstas para a realização de eventos culturais, que acabaram por não se realizar, às áreas sociais e da saúde. No entanto, a pandemia, esperamos todos, é um fenómeno temporário, e por isso é necessário acautelar e não permitir que destrua o que de bom se vinha construindo. Refiro-me naturalmente aos agentes culturais, que viram as suas atividades completamente cessadas, e para quem o futuro se apresenta demasiadamente incerto. Para estes, o município reservou uma atenção especial, pois apesar da estagnação imposta pela pandemia, nunca deixou de os apoiar, o que de resto foi reconhecido publicamente por representantes de várias associações culturais do concelho.-----

--- Mas não só de pandemia se fez o ano de dois mil e vinte, felizmente. É que apesar dos constrangimentos, mas fruto da boa gestão que se tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos em Famalicão, o ano dois mil e vinte fica também marcado pelo avanço de um conjunto de intervenções ao nível de infraestruturas materiais em todo o concelho, e que o tornarão certamente um concelho melhor para viver, para estudar e para trabalhar. Em suma, não obstante a pandemia, este Executivo não deixou de cumprir com o plano de atividades que apresentou e delineou para os famalicenses e para o seu território, naturalmente que teve de readaptar a estratégia a uma realidade que pela sua imprevisibilidade exigia respostas prontas, mas isso não o impediu que continuasse a percorrer o caminho do desenvolvimento e crescimento que trilhou para o concelho. Por isso, direi apenas que a pandemia foi de facto um fenómeno muito negativo para todos, mas ainda assim, teve a capacidade de demonstrar que quando se gere bem com planeamento e acima de tudo com rigor, como se faz em Famalicão, não existe eventualidade que obrigue a desviar o caminho que está a ser trilhado.

--- Neste sentido, e em nome do Grupo Municipal do CDS, deixo uma palavra de reconhecimento a este Executivo, pela forma exemplar como tem gerido a pandemia sem nunca olvidar os compromissos que assumiu com os famalicenses. Assim sendo, votaremos naturalmente a favor deste Relatório.-----

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Apresentou documento escrito: “O ano 2020 foi um ano atípico e que nos ficará marcado para toda a vida. Foi um ano vivido em sobressalto devido à pandemia. Foi um ano em que aconteceram coisas, a todos os níveis, que nunca nenhum de nós imaginaríamos que acontecessem. Foi um ano, em que a certo momento, nada mais

importava que não fosse proteger as pessoas do inimigo, do vírus que pouco ou nada conhecíamos. Foi um ano de desafios e com um impacto enorme, e revelou um conjunto de desafios à escala local, nacional e global. Foi um ano que mais uma vez o município de Famalicão mostrou a sua resiliência e a sua capacidade de estar à altura dos anseios dos seus munícipes. Foi um ano em que a prossecução das políticas públicas municipais teve em consideração a evolução do impacto fortíssimo da pandemia COVID-19. -----

--- No ano de 2020, o plano inicial teve de ser alterado constantemente, com diversas medidas planeadas a serem canceladas ou reprogramadas, condicionando o desenvolvimento integral do que estava previsto realizar no âmbito das Grandes Opções do Plano do Município para 2020. Por outro lado, a conjuntura pandémica impôs a adoção de medidas extraordinárias, muitas vezes de carácter urgente, de resposta à situação do momento. Neste sentido, o Município planeou e implementou um vasto conjunto de medidas para fazer face à pandemia e ao impacto social e económico que tem causado na comunidade famalicense. Se normalmente acho que é redutor falar apenas em números, quando analisamos um relatório de gestão do município, no ano 2020, os números tornam-se ainda mais redutores do que foi a atividade do executivo municipal. O ano de 2020, mereceu destaque pela implementação do Plano de Reação à Situação Epidérmica e de Intervenção Social e Económica, de carácter transversal, abrangendo um conjunto de diversas medidas. O ano 2020, apesar da situação vivida, o município de Vila Nova de Famalicão continuou a sua senda de disciplina e rigor orçamental. Mais uma vez, e à semelhança de anos anteriores a execução orçamental foi exemplar, tendo a receita uma execução de 97% e a despesa de 78%, aliás um nível de execução muito idêntico aos anos anteriores. Famalicão é um município cada vez mais pujante, e se há uns anos eram apresentados relatórios de contas com um movimento global na ordem dos 70 ou 80 milhões de euros, hoje temos um relatório de contas em que os valores globais ascendem a 117 milhões de euros. Isto mostra o crescimento que o nosso município tem tido e o quanto os executivos da coligação mais ação mais Famalicão têm capacitado o nosso município. Senhores e Senhoras Deputadas, permitam-me também dizer neste fórum, que a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, o município de Vila Nova de Famalicão tem uma dívida de 29 595 912€, ou seja, representa que cerca de 25% do seu orçamento são dívida, e que o Partido Socialista está muito preocupado com esta enorme



dívida, mas que em 2001, o mesmo Partido Socialista não tinha qualquer preocupação com os 75 milhões de euros de dívida, e que representava 110% do seu orçamento. Senhoras e Senhores Deputados, financeiramente o município de Famalicão está bem e recomenda-se, e cada vez mais a autonomia financeira cresce, ou seja, no ano 2020 o seu rácio é de 87%. Em 2020, mereceu igualmente destaque a atenção prioritária dada pelo Município à prossecução de políticas públicas ancoradas no desenvolvimento sustentável do território, contribuindo para promover Vila Nova de Famalicão como uma comunidade mais eficiente em termos do uso de recursos e com maior qualidade de vida para as gerações atuais e futuras. As políticas municipais continuaram a promover a educação de sucesso para todos. O Município atribui uma especial prioridade às políticas que visam superar os défices de qualificação da população, assumindo a necessidade de uma estreita ligação entre educação e formação. Assim, o Município está empenhado no alargamento das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, na promoção de igualdade de oportunidades e na formação cívica e cultural da população. Em 2020, a educação continuou a ser uma das grandes apostas do executivo municipal, o investimento nesta área ascendeu a 16 milhões de euros, sublinho, investiu, dado que esta despesa é classificada como corrente, e normalmente o Partido Socialista classifica a despesa corrente como um ato de má gestão, no entanto o PSD congratula-se com a despesa na educação, porque sem educação não há futuro. Em 2020 foram desenvolvidas políticas centradas nas pessoas e no desenvolvimento social do território, integrou um conjunto multifacetado de políticas municipais que fomentaram a coesão social, promoveram dinâmicas de solidariedade intergeracional e valorizaram a identidade e a autenticidade do território. O município de Vila Nova de Famalicão tem como bem-estar das populações o seu enfoque, e em 2020, como em anos anteriores, a fomentação da habitação e serviços coletivos absorveu 24 milhões do orçamento municipal. A saúde, entendida no seu sentido mais amplo de bem-estar físico, mental e social, é uma condição fundamental para a qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, o município em cooperação com as instituições públicas e da sociedade civil, tem assegurado um conjunto diversificado de medidas que visam a promoção dos estilos de vida saudáveis e o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade. Em 2020, e fruto da situação pandémica vivida, foram gastos cerca de 5,7 milhões de euros na saúde, mais uma vez, e dado à situação que se viveu

por causa da pandemia, o executivo municipal colocou à disposição tudo quanto foi necessário para apoiar os famalicenseiros, sendo na aquisição de bens e serviços para combater a pandemia, ou na cooperação com as instituições públicas e da sociedade civil. O ano de 2020, foi um ano de continuidade do trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos vinte anos, foi um ano em que se continuou a colocar à disposição das pessoas e associações, os equipamentos necessários para a prática desportiva, assim como equipamentos culturais. Nestas rubricas foram investidos mais de 11 milhões de euros.-----

--- Senhoras e senhores Deputados, apesar da situação pandémica que vivemos, este executivo não descora o seu objetivo, e continua a dar a devida relevância e enfoca a afirmação do território, a nível nacional e global. No quadro da prossecução de uma visão de um concelho cosmopolita e aberto ao mundo, amigável e atrativo para investir, viver, estudar e visitar. Famalicão é um município moderno, por conseguinte, a sua gestão tem que estar dentro dos padrões atuais e da exigência das pessoas. A gestão municipal de hoje, não pode ser comparada com a gestão que se fazia há vinte anos, hoje os munícipes têm uma mentalidade e padrões de avaliação diferentes. A Câmara Municipal não é apenas um organismo que gere obras, mas sim um parceiro que as pessoas contam no seu território. Um parceiro que lhes dê confiança, e que lhes mostre que o futuro existe, e que lhes dê a esperança que a geração vindoura terá melhores condições do que hoje. Não se preocupam, como o Partido Socialista se preocupa, se a despesa é corrente ou de capital, preocupam-se sim, se a despesa efetuada vai melhorar a sua qualidade de vida. O PSD tem nas pessoas o seu principal ativo, o seu enfoque, e o seu bem-estar como missão. É por isso, que desde 2001, os famalicenseiros confiam no PSD para gerir o destino deste concelho, e certamente, que nos próximos meses renovarão os seus compromissos, com a Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão”. O PSD votará favoravelmente neste Relatório de Gestão e Contas de 2020, não só porque é demonstrativo da eficiente gestão do executivo, mas também, porque é nossa convicção, que é com estes tipos de relatórios que Vila Nova de Famalicão se tornará um concelho mais atrativo para todos.” -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Vou começar aqui com uma pequena introdução muito curta, mesmo. O senhor Deputado Daniel Sampaio está preocupado com os senhores Presidentes de Junta, provavelmente, irão concorrer agora como independentes, as eleições

tanto para as Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, as eleições são livres, cada um vota onde a sua consciência assim o definir, e qualquer político, tanto Bloco de Esquerda, como o Partido Comunista, como o PS, qualquer partido, que apareça e que venha por bem para Famalicão, pode apresentar listas, e pode ganhar essas juntas, que se fala aqui como independentes. -----

--- Engenheiro Paulo Pinto, está tão preocupado com a não candidatura do Doutor Paulo Cunha, gostava de saber, tanta preocupação, deixamos o Titanic, que tanta tristeza fez, com o seu fundamento, não compare uma candidatura a uma Câmara Municipal com o afundamento de um barco. -----

--- E agora, então passo para os números do Relatório de Contas que vamos aprovar esta noite. A Câmara Municipal transferiu para as Juntas de Freguesia, entre apoios e verba livre, 6.212.446,00€, isto, em relação ao ano passado, transferiu mais 1.138.341,00€. A Câmara Municipal é amiga das freguesias nas suas transferências. Tem aqui outra rubrica, que tive alguma preocupação de analisar isto muito bem, a Câmara gastou em iluminação pública este ano - 2020, 2.298.508,00€, isto menos do que o ano passado, o mais luminárias, menos 532.413,00€, isto porquê? Porque a Câmara fez um investimento de 792.887,04€ em substituição das luminárias tradicionais com luminárias LED, a nível de ambiente são muito mais eficazes, e o quer dizer que amortizou praticamente o investimento de 2020, e onde prevê 2021, um investimento para mudar as luminárias tradicionais por luminárias LED de mais 842.250,50€, o que quer dizer que esta gestão da Câmara Municipal a nível de eletricidade, e com a mudança das luminárias, é um excelente trabalho que a Câmara Municipal está a executar, para bem de Famalicão, para bem do ambiente e para bem da poupança na luz, porque nós não temos menos luminárias neste orçamento, nós temos mais luminárias, só que a eficácia é de tal ordem, que deu esta poupança, esta despesa menor de 532.413,00€, neste caso a Câmara está de parabéns. Depois temos aqui no tecido associativo, a Câmara no tecido associativo gastou, investiu 6.109.281,00€, isto cerca de 4.000.000,00€ de apoio às atividades e 2.000.000,00€ de apoio ao investimento. Na rubrica seguinte, as famílias, a Câmara investiu nas famílias 701.349,00€, a Câmara é solidária com as famílias famalicenses que mais necessitam. Depois temos os transportes escolares - 1.086.609,00€; temos as refeições escolares - 742.903,00€; temos a ação social -

215.265,00€ e temos as atividades de enriquecimento curricular - 286.908,00€. Nós temos aqui, houve alguma despesa que diminuiu nos transportes escolares, por inerência das escolas estarem fechadas (COVID 19), e nas refeições, mas temos outra rubrica com outras despesas para transporte, para assegurar os transportes aos famalicenses. A nível de investimento nas escolas, houve um investimento nas escolas de 1.879.529,00€; na habitação - 484.662,00€; reabilitação urbana - 732.485,00€, isto porque a obra começou em 2019, no final de 2019, e então o trabalho foi praticamente aí iniciado, o investimento foi pouco, isto no ano de 2020. E vamos esquecer os incómodos, vamos ser recompensados no futuro com esta obra no centro de Vila Nova de Famalicão, tanto de quem nos visita, como os próprios comerciantes de Famalicão. Depois desta obra estar concluída, vamos ser todos recompensados, tanto nós, nós os habitantes de Famalicão, como a Câmara Municipal, como os comerciantes, principalmente. Nós sabemos que está a criar bastantes incómodos às pessoas que têm os estabelecimentos em Famalicão, mas futuramente vão ser recompensados com isto. Depois temos vias/comunicação - 3.463.648,00€; água e saneamento - 1.275.524,00€; cultura e desporto - 5.506.724,00€, isto obras de administração direta da Câmara Municipal. Depois temos a dívida, 29 milhões, acabou de me dizer aqui um Deputado do PSD há minutos atrás, 29.595.912,00€, temos menos dívida, 2.137.610,00€, este ano, o Relatório que vamos aprovar agora - 2020, temos menos esta dívida, já não vou falar em dezembro de 2001. Fazendo aqui um pequeno resumo e verificando os documentos de prestação de contas, as quais foram elaboradas em conformidade com os elementos contabilísticos do Relatório de Contas, o CDS vai votar a favor este Relatório de Contas. -----

---**PAULA DOURADO (PSD)** – Apresentou documento escrito: “Já muito aqui foi dito a propósito do Relatório de Gestão do ano de 2020. Para além dos números que espelham as contas apresentadas referentes ao exercício de 2020, e, para nós não levantam dúvidas, e merecem o nosso reconhecimento, o relatório do governo municipal aqui apresentado reflete, sem dúvida nenhuma, as opções deste Executivo liderado pela coligação PSD/CDS-PP. Poderiam ter sido outras opções, dizem os Senhores Deputados da oposição, sim poderiam... Mas o impacto nas condições de vida dos famalicenses não seria seguramente o mesmo! O combate à pandemia no plano da saúde pública, os apoios sociais imprescindíveis

aos famalicenses que perderam rendimentos nesta fase, e cujo os apoios sociais se revelaram imprescindíveis, e os apoios à economia local revelaram-se absolutamente essenciais para mitigar os efeitos, que foram devastadores, da covid-19. E que seriam ainda mais devastadores, se não fosse a rápida intervenção deste Executivo, desta Câmara Municipal. Portanto, as opções poderiam ter sido outras, sim poderiam, mas não seria, seguramente, a mesma coisa!!! Esta foi a opção de governação, em circunstâncias completamente novas, de evolução imprevisível, de impacto global, num ano que se pode dizer que foi completamente atípico, e que aqui já foi referido várias vezes. -----

--- Note-se que a 18 de março de 2020 foi decretado o primeiro Estado de Emergência em Portugal em razão da pandemia, obrigando ao confinamento total, isto foi a 18 de março. O nosso Executivo não cruzou os braços, não ficou à espera do Governo e das medidas de apoio que tardaram. Bem pelo contrário, como bem se lembram, logo a 31 de março já estavam a ser apresentadas as medidas excecionais de mitigação dos efeitos socioeconómicos da pandemia e de combate à mesma no plano da promoção da saúde pública, aquele que ficou designado por Plano de Reação à Situação Epidémica e de Intervenção Social e Económica. Mais... a Câmara de Famalicão de Famalicão foi pioneira, a nível nacional e internacional, num conjunto importante de medidas, visando sempre a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios dos famalicenses, em primeira instância. Mas não basta apresentar planos, Senhoras e Senhores Deputados, como sabemos. É preciso executá-los, é preciso concretizá-los, executá-los em tempo. Foi graças à saúde financeira da Câmara Municipal, que colocou os meios financeiros necessários à disposição, e foi graças ao trabalho e à resiliência de todos quantos incansavelmente se envolveram nesta missão, que foi possível implementar com sucesso o Plano de emergência social e económico que foi aprovado. Cedo, os resultados seriam também reconhecidos no Plano Internacional, logo em julho de 2020, como aqui também já foi referido, por alguns companheiros. Quer a OCDE, quer a ONU reconheceram várias das medidas que aqui foram incluídas neste Plano de mitigação dos efeitos da pandemia, e eu vou escusar-me de as referir. -----

--- Senhoras e Senhores Deputados, neste último ano e meio de pandemia muita coisa se passou e de forma muito acelerada. A pandemia não se fez acompanhar de um manual de instruções. Se é certo que ninguém, a nível mundial, estava preparado para enfrentar uma

pandemia como aquela que vivemos, provocada pelo vírus Sars-Cov2, também é certo que em Portugal, o Governo, entre avanços e recuos, desinformação, desnorte, desorientação e, acima de tudo, pelo desinvestimento evidente nos últimos anos no Serviço Nacional de Saúde, revelou uma inaptidão política para lidar com a pandemia que tem sido por demais evidente. A gestão da pandemia foi um caos, que serviu para destapar as fragilidades do Serviço Nacional de Saúde, provocadas por anos sucessivos de redução no investimento público, de que, como sabemos, Mário Centeno foi um verdadeiro campeão. Todos nós, nos lembramos das famosas cativações, mas infelizmente essas cativações continuam com o atual Ministro das Finanças, de forma mais ou menos velada. Em Famalicão, graças ao enorme esforço financeiro da Câmara Municipal que não tem poupado meios e que os tem colocado inclusivamente à disposição do Ministério da Saúde, através do ACES e do Hospital, indo obviamente além das suas competências e além das suas obrigações, tem sido possível mitigar os efeitos da pandemia e promover a saúde pública.-----

--- Se não, vejamos. Senhoras e Senhores Deputados, aqui chegados vale a pena lembrar: Como já referiu o companheiro Germano Araújo, foram executados, 5,7 milhões de euros, só na saúde, e estes 5,7 milhões de euros estão plasmados em medidas concretas, se não vejamos: Foi montado, logo de início, um Hospital de retaguarda com 200 camas; foi montado um Centro de rastreio móvel pela Câmara Municipal (em parceria com a ARS Norte e com a UNILABS); foram comprados e distribuídos Equipamentos de Proteção Individual aos profissionais que estavam na linha da frente, desde logo os bombeiros, os profissionais do hospital, o ACE, as IPSS, as Forças de Segurança, as Juntas de Freguesia. Entre outras medidas, desde logo, o Programa Proteger Famalicão, a desinfeção dos espaços públicos, a Bolsa de Voluntários, etc., etc., etc. Estaríamos aqui muito tempo, se a quiséssemos elencar a todas. Mais recentemente, ainda no domínio da saúde, de destacar, a construção de um edifício de apoio à Urgência do Hospital, para dar mais conforto e segurança aos doentes respiratórios; a instalação do Centro de Vacinação Covid-19. Mais recentemente, ainda, como todos sabemos, a Câmara procedeu à contratação de 24 enfermeiros para acelerar o processo de vacinação, e para libertar o pessoal da enfermagem, para que os Centros de Saúde continuem a funcionar, porque continua a haver pessoas doentes, continua a haver pessoas que têm necessidade de se dirigir aos serviços do Centro

de Saúde para além da Covid-19. Senhoras e Senhores Deputados, se isto não é substituir-se ao Serviço Nacional de Saúde, eu pergunto então, o que será? Muitas mais medidas e resultados da governação municipal haveria aqui a destacar, nomeadamente nas funções sociais, onde o investimento rondou os 60 milhões de euros, o que corresponde tão só a 68,3% do investimento total no ano de 2020. Isto revela, pois, uma orientação política firme num contexto que se mostrou muito adverso e hostil. A proteção da saúde pública dos famalicenses e o apoio social e económico suplementar àqueles que perderam rendimentos com a crise pandémica foi a prioridade, como não poderia deixar de ser. -----

--- E termino... afirma o PS na sua Declaração de Voto, a propósito da não recandidatura do Dr. Paulo Cunha à Presidência da Câmara Municipal, e cito: “Isto é querer sair em grande!” Ora, o sucesso desta governação é absolutamente consensual, digo eu, tanto que a própria oposição assim o reconhece, “isto é querer sair em grande”. Os famalicenses, certamente têm feito até agora a sua avaliação, e continuarão seguramente a fazê-lo.” -----

---**RICARDO COSTA (CDS/PP)** – Apresentou documento escrito: “Já aqui esta noite falamos várias vezes sobre barcos e sobre o Titanic, e sobre o afundamento desse mesmo barco. Muito bem, Senhor Deputado Paulo Pinto, e se fosse hoje, ao preço a que os combustíveis estão, este barco arrancava..., porque é que o Governo não baixa o IRC, o IRS e o Imposto Sobre os Combustíveis e a Energia ... O Governo foi substituído em muitos destes deveres pelas autarquias, ... veja-se o investimento no Hospital, o Apoio ao ACES, na contratação dos enfermeiros para o centro de vacinação... É o Governo do Partido Socialista que dá migalhas aos Portugueses ... apoios que tarde, mal ou nunca chegam ... a gestão catastrófica da crise etc... etc, etc! É sempre fácil imputar às autarquias, é sempre fácil imputar à autarquia de Famalicão, o Partido Socialista vir imputar à autarquia de Famalicão a responsabilidade, quando o Governo pura e simplesmente “assobia para o lado” ... como diz a canção.” -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Só queria utilizar aqui um minuto em forma de resposta ao senhor Deputado Armindo Gomes, que tem todo o direito de tecer todos os comentários e apreciações que entender sobre a intervenção de qualquer partido nesta Assembleia, com todo o direito, espero que continue a tê-lo por muitos e muitos anos. Quero lembrar-lhe uma coisa senhor Deputado, na minha curta referência, que o senhor Deputado aludiu, eu falei de

estratagemas, não falei de ilegalidades, estratagemas, acho que toda a gente entendeu. Dissocio desta realidade dos estratagemas, todos os senhores concorrentes, Presidentes de Freguesia ou não, porque muito respeito, mas o que eu tentei e penso que consegui atingir, até final disso, o senhor veio logo a terreno contra-atacar. O que eu defendi, o que eu o acusei, ou denunciei, é que efetivamente está claro para quem quiser ver, que isto é um estratagema da maioria de direita, senhor Deputado. Não é ilegal, claro que não, mas também não é comedidamente democrático, se quer perceber assim. Não é, porque são os tais jogos, todos os partidos jogam, todas as forças partidárias têm direito a fazer o jogo democrático, e eu só queria pedir escusa da sua parte, de se pronunciar sobre a liberdade que a CDU tem de se pronunciar sobre determinadas situações que ocorrem, neste momento sobretudo no nosso concelho. Era isso que eu queria que ficasse bem vincado, de qualquer forma, um grande respeito por todos os cidadãos que concorrem em listas independentes, a CDU continua a defender, aliás a CDU será até mentora, do passado até ao momento atual, de iniciativas em que valorizam a participação dos independentes na vida democrática do país, espero que assim continue a ser. -----

---**ARMINDO GOMES(CDS/PP)** – Senhor Deputado Daniel Sampaio, você sabe que eu o considero muito, o que eu notei na sua intervenção, e estava atento, é que o seu estratagema de lista de independentes a mim não me agrada, esse estratagema não me soa bem, por qualquer motivo, eu respeito a sua opinião. Porque, como acabei de dizer, as listas independentes e os Presidentes de Junta, por sigla política agora, e agora vão como independentes em liberdade dos senhores Presidentes de Junta, e você sabe disso, sabe também como eu, e tem que considerar isso como seja uma forma positiva, até para a própria freguesia deles. Eu espero que você não tenha tomado a mal daquilo que eu lhe disse, e considere-o sempre muito, mas é a minha opinião, e você tem a sua. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Registei os contributos e as perceções das várias bancadas, reconheço que o contexto pré-eleitoral tenha uma influência grande no conteúdo e na forma de algumas delas, mas no que à essência diz respeito, e àquilo que hoje nos traz, que é prestar contas do exercício que findou em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, não era preciso termos este documento, porque estou certo que todos conhecemos bem o nosso concelho. O que os nossos concidadãos dizem, e o que outros



dizem de nós em Famalicão, que foi um ano bem-sucedido, foi um ano de múltiplas realizações, acho que se faz justiça social em Famalicão, acho que as famílias famalicenses têm uma retaguarda que vai de encontro às suas necessidades, acho que há justiça no que à questão tributária diz respeito, aliás, sobre isso dizer que, sempre fomos coerentes, sempre anunciamos aos famalicenses o que íamos fazer, e fizemos. Nunca os surpreendemos com novos impostos, novas taxas, que é muito frequente a vários níveis vermos alguns impostos descer, ao mesmo tempo que outras taxas subam, superando a descida dos impostos, não fazemos isso em Famalicão, não damos com uma mão, para tirar com a outra. Somos coerentes, somos rigorosos no que às políticas públicas e municipais diz respeito, e a perceção que eu tenho é que em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, o concelho estava melhor do que no dia um de janeiro. Apesar da crise, apesar da pandemia, apesar das medidas que implementamos e que trouxeram, como disse há pouco, reflexos a vários níveis nas contas municipais, o exercício, o concelho que deixamos em um de janeiro de dois mil e vinte e um, era um concelho melhor do que aquele que pegamos em janeiro de dois mil e vinte. Acho que é esta a dialética que se tem que ter, a análise que se tem que fazer. Todo o resto, eu compreendo no contexto pré autárquico, que assim o justifica. -----

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2020 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E CATORZE VOTOS CONTRA. ---**

**---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----**

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS**

***EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, DOZE ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS CONTRA.*** -----

-----  
---**QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, DOZE ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS CONTRA.*** -----

-----  
---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA APOIO FINANCEIRO, ATÉ AO MONTANTE DE 93.000,00 € (NOVENTA E TRÊS MIL EUROS), À FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PADRE JOSÉ FELGUEIRAS ABREU. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA APOIO FINANCEIRO, ATÉ AO MONTANTE DE 93.000,00 € (NOVENTA E TRÊS MIL EUROS), À FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PADRE JOSÉ FELGUEIRAS ABREU. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----**

**-----**  
**---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, RELATIVAMENTE À FREGUESIA DE RIBEIRÃO ATÉ AO MONTANTE DE 70.000,00 € (SETENTA MIL EUROS) DESTINADO À OBRA DE ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTA MARIA E OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTO ANTÓNIO - CM 1462. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----**

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, RELATIVAMENTE À FREGUESIA DE RIBEIRÃO ATÉ AO MONTANTE DE 70.000,00 € (SETENTA MIL EUROS) DESTINADO À OBRA DE ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTA MARIA E OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE SANTO ANTÓNIO - CM 1462. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----**

**-----**  
**---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL**

RELATIVAMENTE AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A PARÓQUIA DE SANTO ADRIÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, DESTINADO A PERMITIR O FUNCIONAMENTO TEMPORÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A PARÓQUIA DE SANTO ADRIÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, DESTINADO A PERMITIR O FUNCIONAMENTO TEMPORÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
---**OITAVO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DE ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI ELEITO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, COM DEZASSETE VOTOS A FAVOR E DOIS VOTOS BRANCOS, O SENHOR PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE BAIRRO, RUI PEDRO PACHECO ALVES.** -----

-----  
---**NONO PONTO** – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL SOBRE PEDIDOS DE INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO E

COMÉRCIO POR GROSSO EM REGIME DE LIVRE SERVIÇO E A INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS COMERCIAIS.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DÉCIMO PONTO** – APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONSUMO.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTINÇÃO DO CONSELHO DESPORTIVO MUNICIPAL. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DÉCIMO SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 81.000,00 € (OITENTA E UM MIL EUROS), À FREGUESIA DE LOUSADO, DESTINADO ÀS OBRAS DE EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO LOTEAMENTO MABOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- *POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 81.000,00 € (OITENTA E UM MIL EUROS), À FREGUESIA DE LOUSADO, DESTINADO ÀS OBRAS DE EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO LOTEAMENTO MABOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.*-----

-----  
---**DÉCIMO TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 147.000,00 € (CENTO E QUARENTA E

SETE MIL EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ADRO PAROQUIAL DE SEZURES. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 147.000,00 € (CENTO E QUARENTA E SETE MIL EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ADRO PAROQUIAL DE SEZURES. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.**-----

-----  
---**DÉCIMO QUARTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 74.500,00 € (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SEDE DA BANDA MARCIAL DE ARNOSO – 1.ª FASE – ARNOSO STA. MARIA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 74.500,00 € (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SEDE DA BANDA MARCIAL DE ARNOSO – 1.ª FASE – ARNOSO STA. MARIA.**

**TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
**---DÉCIMO QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 124.000,00 € (CENTO E VINTE E QUATRO MIL EUROS), À FREGUESIA DE OLIVEIRA STA. MARIA, DESTINADO ÀS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO ADRO DA IGREJA PAROQUIAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.** -----

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 124.000,00 € (CENTO E VINTE E QUATRO MIL EUROS), À FREGUESIA DE OLIVEIRA STA. MARIA, DESTINADO ÀS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO ADRO DA IGREJA PAROQUIAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.** -----

-----  
**---DÉCIMO SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.500,00€ (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS EUROS), AO OPERÁRIO FUTEBOL CLUBE DESTINADO ÀS OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.** -----

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.500,00€ (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL E**

**QUINHENTOS EUROS), AO OPERÁRIO FUTEBOL CLUBE DESTINADO ÀS OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----**

**---DÉCIMO SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 60.000,00 € (SESSENTA MIL EUROS), À FREGUESIA DE VALE S. MARTINHO, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ADRO DA IGREJA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----**

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 60.000,00 € (SESSENTA MIL EUROS), À FREGUESIA DE VALE S. MARTINHO, DESTINADO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO ADRO DA IGREJA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----**

**---DÉCIMO OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 127.000,00 € (CENTO E VINTE E SETE MIL EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, DESTINADO ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA – ESMERIZ – 2.ª FASE. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----**



**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 127.000,00 € (CENTO E VINTE E SETE MIL EUROS), À UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, DESTINADO ÀS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA – ESMERIZ – 2.ª FASE. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

**---DÉCIMO NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 77.000,00 € (SETENTA E SETE MIL EUROS), À FREGUESIA DE FRADELOS, DESTINADO ÀS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO LAMEIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE DE 77.000,00 € (SETENTA E SETE MIL EUROS), À FREGUESIA DE FRADELOS, DESTINADO ÀS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO LAMEIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

**---VIGÉSIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 2.023.146,50 EUR (DOIS MILHÕES, VINTE E TRÊS MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS) DESTINADO AO PLANO ANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES E RESPETIVAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS**

TRANSPORTES ESCOLARES, PARA O ANO LETIVO E ESCOLAR DE 2021/2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 2.023.146,50 EUR (DOIS MILHÕES, VINTE E TRÊS MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS) DESTINADO AO PLANO ANUAL DE TRANSPORTES ESCOLARES E RESPETIVAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS TRANSPORTES ESCOLARES, PARA O ANO LETIVO E ESCOLAR DE 2021/2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

-----  
---**VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, RELATIVAMENTE ÀS FREGUESIAS DE CASTELÕES, CRUZ, FRADELOS, GAVIÃO, LOURO, LOUSADO, OLIVEIRA STA. MARIA, PEDOME, POUSADA DE SARAMAGOS, RIBEIRÃO, ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, CARREIRA E BENTE, LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA, VERMOIM E VILARINHO DAS CAMBAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, RELATIVAMENTE ÀS FREGUESIAS DE CASTELÕES, CRUZ, FRADELOS, GAVIÃO, LOURO,**

**LOUSADO, OLIVEIRA STA. MARIA, PEDOME, POUSADA DE SARAMAGOS, RIBEIRÃO, ARNOSO (STA. MARIA E STA. EULÁLIA) E SEZURES, CARREIRA E BENTE, LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA, VERMOIM E VILARINHO DAS CAMBAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.-----**

**--- VIGÉSIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021, AO ABRIGO DO DISPOSTO DO ARTIGO 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA, EM ANEXO, PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, CONJUGADO COM O ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----**

**--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021, AO ABRIGO DO DISPOSTO DO ARTIGO 29.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA, EM ANEXO, PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, CONJUGADO COM O ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 03 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E QUINZE ABSTENÇÕES.-----**

**--- VIGÉSIMO TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE**

PROMOÇÃO DO RENDIMENTO DESPORTIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Apresentou documento escrito: “Senhor Presidente da Câmara, muito alegre a CDU que se realize todos os programas de apoio à população nas mais diversas áreas da vida. No entanto, apoiar e desenvolver a prática desportiva regular não passa somente por olhar o desporto de alto rendimento. Todos aqueles que algum dia conquistam este estatuto passam por um longo período de preparação intensiva, com treinos diários, e em muitos casos, dois treinos por dia. Sabemos que nem todos alcançam este estatuto de alta competição. Mas também sabemos, ou deveríamos saber, que muitos menos o alcançarão, se na sua preparação, os atletas e respetivos clubes não tiverem no mínimo as condições físicas e materiais para a sua preparação. -----

--- Neste sentido, a CDU procura alertar para que não se foque nos desportistas e clubes, só e apenas quando bons resultados são alcançados, sob o prejuízo de muitos valores desportivos se perderem. Lembrar que aquando destas conquistas, toda a preparação está feita com menos ou mais condições. Mas muito se pode estar a perder pela falta de apoio e reconhecimento a estes atletas e das modalidades ainda numa fase preparatória. Falamos também nas camadas mais jovens e nas associações que promovem os mais diversos eventos desportivos, como forma de promoção da prática desportiva junto dos mais jovens, incitando a prática desportiva para todos e não apenas ou somente para aqueles que podem pagar. A CDU pretende deixar aqui expressa as suas preocupações a este nível, apesar de votarmos a favor do documento em apreço.” -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para relembrar o senhor Deputado, Daniel Sampaio, que nós subscrevemos tudo o que ele refere, que é exatamente essa a nossa prática. Se há concelho que aposta na diversidade quanto às modalidades, e apoia todas as dimensões desportivas, e não tão só, aquela mais ligada à competição e ao resultado, é Famalicão. -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DO**

**RENDIMENTO DESPORTIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

-----  
**---APROVADAS POR UNANIMIDADE EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.**-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período não há inscrições do público e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e nove minutos do dia seguinte.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----  
**----- O SECRETÁRIO**-----

-----  
--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças;-----

--- Voto de Louvor apresentado pelo Presidente de Junta da União de Freguesias de Ruivães e Novais;-----

--- Voto de Recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda;-----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três;-----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----